Código aberto e proprietário no ambiente corporativo
André Vilela

No ambiente de TI, a prática legitima as ações. Software proprietário e software livre podem coexistir nos projetos de tecnologia das empresas e não há mal nisso.

Velocidade, capacidade, agilidade e rendimento são características que definem o desempenho de tarefas, iniciativas, trabalhos e projetos. Na área de tecnologia da informação, o exercício de medir desempenho é árduo, pois como atividade-meio, destinada a oferecer condições para que uma empresa atinja suas metas, torna-se difícil o cálculo dos seus resultados principais. Afinal, invariavelmente o foco da avaliação centra-se na atividade-fim.

Com o surgimento dos sistemas de código aberto em contraponto ao software proprietário, a medição tornou-se uma prática ainda mais espinhosa. Por outro lado, isso ampliou a importância da gestão tecnológica dentro das organizações.

O crescimento dos sistemas de código aberto é exponencial e irreversível no mundo. O chamado software livre é a mais significativa inovação tecnológica apresentada nos últimos tempos. O fenômeno irá impulsionar ainda mais as empresas desenvolvedoras de software no País, já protagonistas de um crescimento anual de 20%, índice significativamente maior comparado ao de outros segmentos de TI, como hardware e serviços.

Por outro lado, o software proprietário chegou a um nível de maturidade muito grande. Os grandes fornecedores de programas no mundo são precursores do desenvolvimento da tecnologia da informação, ou melhor, da informática, como era chamado comumente todo e qualquer conjunto de conhecimento na área. Porém, nas empresas, há uma ferrenha discussão do uso do software proprietário e do software de código aberto.

Para usar, copiar e redistribuir o software proprietário, é preciso pagar ou solicitar uma permissão ao seu fabricante. Os sistemas de código aberto, ao contrário, permitem que o usuário efetue livremente, sem ônus algum, modificações no programa original.

O ponto nevrálgico dessa questão está na confiabilidade dos sistemas e redes de computadores. Hoje, este item lidera a preocupação — e os investimentos — das empresas em TI. E na implementação de softwares, o que mais se pergunta é sobre sua vulnerabilidade. E os softwares proprietários levam (ainda) ligeira vantagem neste aspecto.

Porém, no debate da questão, é importante analisar que cada corporação tem a sua estratégia e visão de trabalho, de acordo com as suas necessidades e, principalmente, interesse no desenvolvimento dos negócios.

Tais referências constroem o modelo de gestão tecnológica da organização. Porém, são itens de princípio, que podem ser alterados a qualquer momento. Aliás, a flexibilidade é uma das maiores virtudes da gestão de qualquer área. No caso do segmento de tecnologia da informação, a prática legitima as ações. Assim, com relação ao software proprietário e ao software livre, o que se observa é que podem coexistir nos projetos de TI das empresas. Não há mal nisso.

Em ambos os casos, o que se deve verificar é a sua performance, aliada ao custo-benefício. Ou seja, preço e aproveitamento. E isto só se resolve com lúcido e equilibrado discernimento das iniciativas de TI a serem empreendidas.

Disponível em: <http://webinsider.uol.com.br>. Acesso em 12 jan. 2007.